



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 27 DE MARÇO DE 2021

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGO**

**AVISO DE ADIAMENTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10007/2021**

O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 10007/2021, para o dia 05 de Abril de 2021 às 09:00 horas; e do início da fase de lances para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 7:30 as 11:30 horas dos dias úteis, na Avenida Senador Ruy Carneiro, s/n - Centro - Congo - PB. Telefone: (083) 3359-1100. E-mail: [licitacao@congo.pb.gov.br](mailto:licitacao@congo.pb.gov.br). Site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. Congo - PB, 26 de Março de 2021.

RAFAEL DE FARIAS - Pregoeiro Oficial

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGO**

**AVISO DE ADIAMENTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10008/2021**

O Pregoeiro Oficial comunica o adiamento da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 10008/2021, para o dia 05 de Abril de 2021 às 11:30 horas; e do início da fase de lances para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Informações: das 7:30 as 11:30 horas dos dias úteis, na Avenida Senador Ruy Carneiro, s/n - Centro - Congo - PB. Telefone: (083) 3359-110. E-mail: [licitacao@congo.pb.gov.br](mailto:licitacao@congo.pb.gov.br). Site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. Congo - PB, 26 de Março de 2021.

RAFAEL DE FARIAS - Pregoeiro Oficial





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 27 DE MARÇO DE 2021

### Decreto nº 334/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADICIONAIS, RESTRITIVAS E EMERGENCIAIS PARA O CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 333/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO a Medida Provisória Estadual nº 295 de 24 de março de 2021 que trata sobre a instituição e antecipação de feriados, no âmbito do Estado da Paraíba, em caráter excepcional, com a finalidade de conter a propagação da pandemia de COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO ainda o Decreto Estadual nº 41.120 de 25 de março de 2021 que trata sobre a instituição e antecipação de feriados, no âmbito do Estado da Paraíba, em caráter excepcional, com a finalidade de conter a propagação da pandemia de COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO ainda a classificação da situação dos municípios na aferida na 21ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 22 de março de 2021, na qual o município de Congo continua em "bandeira laranja";

CONSIDERANDO a realidade local para a adequação das normas aqui estabelecidas, na atividade econômica, administrativa e comercial deste município;

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atentando prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar o aumento dos números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas medidas adicionais, restritivas e emergenciais de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em todo o território do Município de Congo e em coadunação com os termos da Medida Provisória Estadual nº 295/2021, bem como ao Decreto Estadual nº 41.120/2021.

**Art. 2º** - A feira livre realizada no centro da cidade de Congo, no Mercado Público Municipal, terá seu dia de funcionamento retornado para todo dia de sábado, a contar já do próximo dia 03 de abril de 2021.

**Art. 3º** - Em caráter integrativo e de complementariedade ao estabelecido nos termos Medida Provisória Estadual nº 295/2021, bem como ao Decreto Estadual nº 41.120/2021, fica alterado os expedientes nas repartições públicas municipais do Poder Executivo, na forma abaixo, excetuando-se e sendo preservado apenas e somente, o funcionamento de toda estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, além dos serviços essenciais como coleta de lixo, atendimento hospitalar, Conselho Tutelar, ficando o titular de cada Secretaria, responsável para fazer escala dos serviços essenciais aqui enumerados:

- Dia 29/03/2021 (segunda-feira) - Fechamento das Repartições Públicas do Poder Executivo, nos moldes do art. 1º da Medida Provisória Estadual nº 295/2021;
- Dia 30/03/2021 (terça-feira) - Fechamento das Repartições Públicas do Poder Executivo, nos moldes do art. 2º, inciso I da Medida Provisória Estadual nº 295/2021;
- Dia 31/03/2021 (quarta-feira) - Fechamento das Repartições Públicas do Poder Executivo, nos moldes do art. 2º, inciso II da Medida Provisória Estadual nº 295/2021;
- Dia 01/04/2021 (quinta-feira) - Fechamento das Repartições Públicas do Poder Executivo, nos moldes do art. 2º, inciso III da Medida Provisória Estadual nº 295/2021;

**Art. 4º** - É obrigatório, em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.

Parágrafo único - O uso de máscara previsto no caput é obrigatório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiros.

**Art. 5º** - Ficam plenamente consolidadas e convalidadas todos os termos contidos na Medida Provisória Estadual nº 295 de 24 de março de 2021, bem como do Decreto Estadual nº 41.120/2021 no âmbito deste município, servindo o presente Decreto como norma integrativa e complementar, as ressalvas contidas nos artigos antecessores.

Parágrafo Único - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

**Art. 6º** - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

**Art. 7º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já os termos do Decreto Municipal nº 333/2021 e as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 26 de março de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA  
Prefeito





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 1 27 DE MARÇO DE 2021

### LEI 224/2021

ALTERA A LEI Nº 36/2007 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DO MUNICÍPIO DE CONGO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Congo, Estado da Paraíba, nos termos da Lei Federal nº 14.113/2020, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com fundamento na Lei Federal nº 14.113/2020 de 25 de dezembro de 2020, que exercerá o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo.

Parágrafo Único. Caberá ao Poder Executivo, através da Secretaria de Educação, garantir os meios para o funcionamento do Conselho.

Art. 2º - O Conselho será composto pelos membros, representando os órgãos ou entidades, abaixo especificados:

- I. 2 (Dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um da Secretaria Municipal de Educação;
- II. 1 (Um) representante dos professores da educação básica municipal;
- III. 1 (Um) representante dos diretores de escolas municipais;
- IV. 1 (Um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais;
- V. 2 (Dois) representantes dos pais de alunos da educação básica municipal;
- VI. 1 (Um) representante dos estudantes da educação básica municipal;
- VII. 1 (Um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- VIII. 1 (Um) representante do Conselho Tutelar;
- IX. 2 (Dois) representantes de organização da sociedade civil;
- X. 1 (Um) representante das escolas do campo.

§1º - Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em caso de licença ou impedimento ou ainda, o sucederá nos casos de vacância.

§2º - Os representantes serão indicados ou escolhidos da seguinte forma:

- I. Os representantes do Poder Executivo Municipal, pelo chefe do Poder Executivo;
- II. Os representantes dos diretores, em processo seletivo organizado para este fim, pelos respectivos pares;
- III. Os representantes dos pais de alunos e estudantes, através de assembleia de cada segmento;
- IV. Os representantes de professores e servidores técnico-administrativos, eleição por seus pares;
- V. Os representantes do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Tutelar, pelos respectivos presidentes;
- VI. Os representantes das organizações da sociedade civil, através de assembleia de cada segmento;
- VII. Os representantes das escolas do campo, em processo seletivo organizado para este fim, pelos respectivos pares.

§3º - Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito apenas de voz.

§4º - As organizações da sociedade civil a que se refere o inciso IX do Caput deste artigo:

- I. Serão pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- II. Desenvolvam atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;
- III. Devam atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;
- IV. Desenvolvam atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
- V. Não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração local a título oneroso.

§5º - A designação dos membros titulares e suplentes do Conselho, indicados e eleitos, será feita por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

§6º - O presidente do Conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o titular da pasta da Educação ou gestor do Fundo.

Art. 3º - O conselho instituído por esta Lei não terá estrutura administrativa própria e seus membros não perceberão qualquer espécie de remuneração pela participação no colegiado, sendo o seu exercício considerado serviço público relevante.

Art. 4º - Fica vedado, quando os conselheiros forem representantes de professores, diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

- I. a exoneração ou demissão do cargo ou emprego seja justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- II. a atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;
- III. o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 5º - Não poderão ser indicados e eleitos para membros do conselho:

- I. Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins até 3º grau, do Prefeito, vice-Prefeito e Secretários Municipais e demais autoridades equiparadas;
- II. Tesoureiro, Contador ou Funcionário da empresa de assessoria ou consultoria que preste serviços técnicos relacionados à administração municipal ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;
- III. pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal, ou prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal;
- IV. Entidades de organizações da sociedade civil que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração local a título oneroso.

Art. 6º - O mandato de cada membro do conselho será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciará-se em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Como regra de transição, o mandato dos conselheiros dos novos Conselhos, a serem instituídos até o dia 31 de março de 2021, extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2022.

Art. 7º - São competências e atribuições do conselho:

- I. Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB, bem como, da Quota Municipal do Salário Educação;
- II. Examinar periodicamente os documentos e registros contábeis e demonstrativos financeiros gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos a conta do FUNDEB e da Quota Municipal do Salário Educação;
- III. Estabelecer formas de divulgação de sua atuação;
- IV. Elaborar e alterar o seu Regimento Interno;
- V. Zelar pelo cumprimento das disposições legais, regulamentadas e normativas sobre a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB e da Quota Municipal do Salário Educação;

VI. Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais de Educação, nos âmbitos estadual e federal;

VII. Articular-se com outros Conselhos Municipais e Estadual de Acompanhamento e controle Social do FUNDEB e da Quota Municipal do Salário Educação, visando a troca de experiências e ao cumprimento da atuação do colegiado;

VIII. Apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerais do Fundo;

IX. Convocar o Secretário de Educação, ou gestor do Fundo, por decisão da maioria de seus membros, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e execução das despesas do Fundo.

Art. 8º - Os membros do Conselho elegerão a sua diretoria composta de Presidente, Vice-presidente e Secretário, com mandato de um ano, permitida uma única recondução para o mesmo cargo, no período subsequente.

Parágrafo Único: O processo de Escolha da Diretoria do Conselho dar-se-á pelo voto secreto da maioria absoluta dos seus membros, cabendo ao presidente da mesa também o voto de qualidade.

Art. 9º - No prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei os membros do Conselho elaborarão o competente Regimento Interno.

Art. 10 - Os representantes escolhidos para a composição do Conselho serão indicados ao chefe do Poder Executivo para o respectivo órgão ou entidade em até 20 (vinte) dias antes do término do mandato a serem renovados.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 36/2007 e suas alterações.

Congo/PB, 26 de março de 2021.

Romualdo Antônio Quirino de Sousa  
Prefeito





# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 27 DE MARÇO DE 2021

### LEI N 225/2021

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial e da outras providências.

#### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 175/2017, de 20/12/2017 - PPA - Plano Plurianual, para os exercícios de 2018-2021, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento

#### CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Artigo 2º - Fica alterada a Lei nº 214/2020, de 31 de julho de 2020 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2021, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Artigo 3º - Fica igualmente alterada a Lei nº 220/2020, de 29 de dezembro de 2020 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021;

§ Único - Fica criada junto a Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico a seguinte Ação:

2080 - AÇÕES DE COMBATE E ENFRENTAMENTO DA COVID 19 - Art. 5º, I da LC 173.

#### CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CREDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ESPECIAL ADICIONAL a LEI MUNICIPAL Nº 220/2020 - LOA do exercício de 2021, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), destinados a atender despesas não consignadas no orçamento, as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
08.244.2009.2075	PROGRAMA CONFINCIAMENTO DE BENEFICIOS EVENTUAIS		
39000000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		
3.3.90.32.01	Material para Distribuição Gratuita		7.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
--------	-----------	----------	-------

07.00	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
08.244.2009.2052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS COM RECURSOS - IGD (BF/SUAS/1º INF/PSB)		
39000000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social		
3.3.90.30.01	Material de Consumo		20.000,00
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		10.000,00
4.4.90.52.01	Equipamentos e Material Permanente		9.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
08.244.2009.2080	AÇÕES DE COMBATE E ENFRENTAMENTO DA COVID 19 - Art. 5º, I da LC 173.		
99200000	Auxílio Financeiro da União aos Municípios (Saúde e Assistência Social)		
3.1.90.04.01	Contratação por Tempo Determinado		25.000,00
3.3.90.30.01	Material de Consumo		20.000,00
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		5.000,00
4.4.90.52.01	Equipamentos e Material Permanente7		20.000,00

TOTAL GERAL	116.000,00
-------------	------------

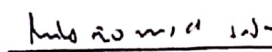
Art. 5º - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito, ANULAÇÃO parcial e/ou total de Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente, de conformidade com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
06.00	SEC. DE CULTURA, TURISMO, DESPORTOS E LAZER - SECT		
13.392.2003.2042	MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICIPIO		
001.00001	Recursos Ordinários		
3.3.90.39.01	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		116.000,00

TOTAL GERAL	116.000,00
-------------	------------

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo - PB, em 26 de março de 2021.

  
ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA  
Prefeito Constitucional